

São Paulo DATA MERCANTIL

R\$ 2,00

Quinta-feira, 23 de setembro de 2021

Edição N° 393

datamercantil.com.br

IOF não financiará Auxílio Brasil em 2022, diz secretário

O aumento recente no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) não pretende financiar a ampliação do Bolsa Família em 2022, disse ontem (22) o secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Funchal. Segundo ele, a medida deve fornecer recursos somente para a criação do Auxílio Brasil, em novembro.

“Isso nunca entrou no radar do governo”, declarou Funchal, em entrevista coletiva para explicar o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento.

Em relação aos próximos anos, Funchal disse que a expansão do Bolsa Família deverá ser custeada pela tributação de dividendos, parcela do lucro das empresas distribuídas aos acionistas. A proposta consta da reforma do imposto de renda, aprovada pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado.

Segundo o secretário, o pagamento de um benefício médio de R\$ 300 e a expansão do programa de 14,7 milhões para 17 milhões de famílias custará R\$ 5 bilhões em 2021, valor a ser financiado com a elevação do IOF, e R\$ 26 bilhões por ano a partir de 2022.

Funchal não respondeu se o governo tem um plano alternativo, caso o Congresso não aprove a reforma do imposto de renda. Apenas ressaltou que o projeto de lei está avançando no Senado.

Embora a reforma do imposto de renda financie a transformação do Bolsa Família no Auxílio Brasil, o novo programa social depende de espaço no teto de gastos para sair do papel. Dessa forma, o governo pretende aprovar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite o parcelamento de precatórios (dívidas do governo reconhecidas definitivamente pela Justiça) a partir de 2022.

Wellton Máximo/ABR



Economia



Mercado já vê Selic se aproximando dos dois dígitos em 2022

Página - 03

Política



PEC dos precatórios terá comissão especial comandada por base aliada do governo

Página - 04

Governo melhora projeção de déficit primário para R\$ 139 bi em 2021

Página - 04

Fundada por um brasileiro, a americana a Origin já vale R\$ 2 bilhões

Página - 05

Startups veganas ampliam produção e querem competir com frigoríficos

Página - 05



No Mundo

OMS fixa limites mais restritivos para poluentes atmosféricos



A Organização Mundial de Saúde (OMS) fixou ontem (22) limites mais rígidos para os principais poluentes atmosféricos, entre eles partículas transportadas pelo ar, responsáveis por 7 milhões de mortes prematuras por ano, principalmente nos países pobres. É a primeira atualização das diretrizes da OMS para a qualidade do ar desde 2005.

Os dados que mostram que a poluição atmosférica tem influência em diferentes aspectos da saúde e aumentou consideravelmente desde aquele ano.

Por essa razão, a OMS baixou a quase totalidade dos limiares de referência que se referem sobretudo aos cha-

mados poluentes clássicos: as partículas transportadas pelo ar, o ozônio, o dióxido de nitrogênio, o dióxido de enxofre e o monóxido de carbono.

As novas diretrizes não são juridicamente vinculativas, mas fornecem aos países um quadro para melhor proteção das suas populações.

O diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, exortou “todos os países e todos aqueles que lutam para proteger o ambiente a utilizá-las para reduzir o sofrimento e salvar vidas”, disse a AFP.

Pelo menos 7 milhões de mortes prematuras, principalmente por doenças não transmissíveis, são atribuídas aos efeitos conjuntos da poluição do ar atmosférico e da polui-

ção do ar interior, de acordo com a OMS.

“A poluição do ar é uma ameaça à saúde em todos os países, mas afeta sobretudo as populações dos países mais pobres”, afirmou o diretor-geral da OMS, acrescentando que esses países são cada vez mais confrontados com níveis crescentes de poluição atmosférica, alimentada pelo crescimento das cidades e o desenvolvimento econômico baseado no uso de combustíveis fósseis.

Para o diretor regional da OMS para a Europa, Hans Henri Kluge, “o ar puro deve ser um direito humano fundamental e uma condição necessária à saúde e produtividade das sociedades”.

RTP/ABR

Bolsonaro anuncia reunião online e cancela viagem após orientação para isolamento



Após o ministro Marcelo Queiroga (Saúde) ter recebido diagnóstico de Covid em Nova York, o presidente Jair Bolsonaro decidiu fazer reunião de trabalho online e cancelar uma viagem prevista para esta sexta-feira (24) ao interior do Paraná.

A iniciativa de Bolsonaro ocorre após a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) ter recomendado o isolamento dos integrantes da comitiva presidencial que mantiveram contato com o titular da pasta nos Estados Unidos.

O avião presidencial com Bolsonaro decolou na noite

de terça-feira (21) dos EUA e pousou em Brasília no início da manhã desta quarta (22). Ele seguiu para o Palácio da Alvorada, residência oficial.

A agenda do presidente tem uma reunião prevista dele no final da tarde com Pedro Cesar Sousa, subchefe para assuntos jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência. Depois da divulgação da recomendação da Anvisa, o Planalto atualizou a agenda oficial e especificou que o despacho ocorrerá por videoconferência.

A reportagem questionou o Palácio do Planalto sobre se Bolsonaro pretende

cumprir a orientação da Anvisa nos próximos dias, mas ainda não obteve resposta.

De acordo com o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), Bolsonaro cancelou uma viagem que estava prevista para o Paraná nesta sexta-feira (24). O mandatário planejava participar de uma solenidade de entregas ao estado e, no dia seguinte, de uma motocia-ta na região de Ponta Grossa.

“Cancelada a visita de Bolsonaro ao Paraná desta sexta-feira. Aguardamos ansiosos a remarcação”, escreveu o parlamentar.

Ricardo Della Coletta/Folhapress

Biden e Macron botam panos quentes em relação diplomática após crise dos submarinos

A Casa Branca divulgou nesta quarta-feira (22) um comunicado em que afirma que os presidentes dos EUA, Joe Biden, e da França, Emmanuel Macron, concordaram em abrir um processo de consultas aprofundadas “para garantir a confiança e propor medidas concretas em direção a objetivos comuns”.

O documento diz que os dois líderes conversaram por telefone “a fim de discutir as implicações do anúncio de 15 de setembro”. Na data mencionada, os EUA divulgaram um acordo realizado com Reino Unido e Austrália para a construção de submarinos nucleares que deu origem a uma crise diplomática entre Washington e Paris.

O problema para os franceses é que a nova parceria australiana com americanos e britânicos representa o cancelamento de um contrato assinado entre Austrália e França em 2016, que chegaria a US\$ 90 bilhões

(R\$ 475 bilhões, pelo câmbio atual). O acordo também é um golpe para as ambições de Paris de fortalecer sua presença na região do Indo-Pacífico, palco de disputas territoriais -entre outras- envolvendo a China.

O comunicado de Washington afirma que Biden e Macron concordaram que “a situação teria sido beneficiada por consultas abertas entre aliados sobre questões de interesse estratégico para a França” e outros parceiros europeus dos EUA.

Segundo a Casa Branca, Biden e Macron concordaram em se encontrar na Europa no final de outubro, e o francês decidiu que seu embaixador retornará a Washington já na próxima semana, um gesto diplomático que bota panos quentes na relação entre os dois países. No jargão das relações internacionais, convocar um embaixador é um movimento que expressa forte insatisfação com o país que abriga os diplomatas.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Mercado já vê Selic se aproximando dos dois dígitos em 2022



O Copom (decide nesta quarta-feira (22) qual será o novo patamar da taxa básica de juros do país, a Selic, hoje em 5,25% ao ano. A expectativa majoritária do mercado aponta para alta de 1 ponto percentual, para 6,25% ao ano.

Para analistas e ex-diretores do BC, contudo, o quadro macroeconômico do país demandaria uma atuação mais agressiva da autoridade monetária, de modo a controlar as expectativas de inflação mirando o ano eleitoral de 2022.

Frente à incômoda pressão inflacionária, há até quem já veja no mercado a taxa se aproximando novamente dos dois dígitos no início do ano que vem.

Para o consultor e ex-diretor do BC Alexandre Schwartzman, a política monetária ainda não foi capaz de conter a deterioração nas expectativas de inflação do mercado e, portanto, é preciso fazer mais. “Todas as indicações estão mostrando que a inflação é bem mais persistente do que muita gente imaginava”, diz Schwartzman.

Ele diz que se trata de um processo cada vez mais disseminado na economia brasileira, e que mais recentemente passou a alcançar também o setor de serviços.

“Para que a inflação caminhe para a meta, o BC terá de fazer um esforço grande”, afirma o consultor. Ele defende que, quanto mais rápido for feito o aperto na política

monetária, maior tende a ser a chance de sucesso do BC no trabalho de convergência da inflação para a meta em 2022. A meta de inflação a ser perseguida pelo Banco Central no ano que vem é de 3,5%, com uma banda de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

No mais recente relatório Focus, a projeção para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 2022 está em 4,10%. A estimativa vem sendo revisada para cima há nove semanas.

Schwartzman avalia que as sinalizações transmitidas recentemente pelo BC indicam que a autoridade monetária pretende manter o ritmo de alta das reuniões anteriores.

Lucas Bombana/Folhapress

Quase 4 em cada 5 restaurantes procuraram empréstimo na pandemia e metade não conseguiu, diz Abrasel

Quase 4 em cada 5 bares e restaurantes tiveram que buscar crédito durante a pandemia de Covid-19 e apenas metade conseguiu empréstimo, revela uma pesquisa feita pela Abrasel (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) em parceria com a Alelo.

Segundo o levantamento, obtido com exclusividade pela reportagem, 79% dos estabelecimentos procuraram crédito desde o início da pandemia. Desses, 43% buscaram em bancos privados. Outros 16,6% recorreram a cooperativas de crédito e apenas 9,42% utilizaram linhas de crédito oferecidas por aplicativos de delivery.

Dos que procuraram empréstimo, apenas 50% conseguiram. O principal motivo para as recusas foram eventu-

ais restrições ao nome da empresa (39,3%) ou ao nome do proprietário/sócio (23,2%).

A pesquisa foi feita no mês de junho com 875 estabelecimentos de todo o Brasil.

O setor de restaurantes e bares foi um dos mais afetados pela pandemia de Covid-19. Milhares deles encerraram suas atividades. Somente na cidade de São Paulo, 12 mil estabelecimentos fecharam de vez, segundo levantamento divulgado em abril deste ano pela seção paulista da Abrasel.

Entre eles, estabelecimentos clássicos da cena gastronômica paulistana, como o francês Marcel, que anunciou o fim de suas atividades no meio do ano passado -o restaurante existia desde 1955.

David Lucena/Folhapress



Brasil poderia estar em ‘intensa euforia’, mas riscos fiscais e políticos afastam otimismo, diz FGV Ibre



O Brasil poderia estar passando por um período de intensa euforia, mas os riscos fiscais e políticos, somados aos nossos gargalos de oferta, impedem que um cenário mais otimista se concretize. A avaliação faz parte do Boletim Macro do FGV Ibre.

De acordo com o boletim, o mundo está entrando em uma nova fase, menos assustadora que a do auge da pandemia, mas menos brilhante que a do primeiro semestre de 2021. No caso do Brasil, enquanto o impacto da crise sanitária retrocede, outros fatores contribuem para que o cenário seja “moderadamente otimista”, como inflação em alta e de elevado risco fiscal e político.

O Ibre destaca que o Bra-

sil é a única grande economia que já entrou em desaceleração, de acordo com os indicadores compostos avançados da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

No documento, a previsão de crescimento da economia foi revisada de 5,2% para 4,9% neste ano. Para 2022, caiu de 1,6% para 1,5%. A inflação deve fechar este ano em 8,7% e o próximo em 4,1%.

As prévias das sondagens do FGV Ibre de setembro também mostram queda generalizada da confiança de empresários e consumidores, tanto na avaliação sobre a situação atual como em relação ao futuro, com destaque para o componente relacionado à incerteza política.

“Diversos fatores negati-

vos ofuscam os efeitos ainda positivos do cenário externo e da normalização da economia”, afirma a instituição. “O Brasil poderia estar passando por um período de intensa euforia.”

Segundo a instituição, por mais que o Banco Central se mostre determinado a cumprir o seu papel no combate à inflação, o sucesso de levar o índice de preços para a meta depende “da indispensável contribuição do governo como um todo”.

Nesta quarta-feira (22), a diretoria do BC se reúne para definir o novo patamar da taxa básica de juros, que deve subir de 5,25% para 6,25% ao ano, diante da inflação acumulada em 12 meses de quase 10% até agosto.

Eduardo Cucolo/Folhapress

Política

PEC dos precatórios terá comissão especial comandada por base aliada do governo



A proposta que pode autorizar o governo a não pagar em 2022 todas as dívidas da União cobradas pela Justiça (chamadas de precatórios) será discutida na Câmara dos Deputados em uma comissão especial comandada por integrantes da base aliada.

A PEC foi enviada pelo governo ao Congresso para flexibilizar o pagamento de R\$ 89,1 bilhões em precatórios e abrir espaço no Orçamento para outras despesas (como a expansão do Bolsa Família). O movimento foi feito após Executivo e parlamentares deixarem de buscar outras saídas -como, por exemplo, o corte de

despesas em outras áreas.

A composição da comissão contou com a articulação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O presidente da comissão especial será o deputado Diego Andrade (PSD-MG) e o relator da proposta será Hugo Motta (Republicanos-PB), ambos alinhados ao governo.

O primeiro vice-presidente será Lucas Virgílio (Solidariedade-GO), a segunda vice-presidente será a deputada da oposição Maria do Rosário (PT-RS) e o terceiro vice-presidente será Bosco Costa (PL-SE).

Mesmo sob críticas e chamada pela oposição de calote e pedalada, a PEC que flexibiliza os precatórios já passou

pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) por 32 votos a 26 e agora a tramitação continua na comissão especial, cuja função é examinar o texto, discutir modificações e votar um parecer final.

Motta disse que ouvirá os diferentes interessados, mas adiantou que sua relatoria buscará um trabalho rápido e com foco principal na abertura de espaço orçamentário “para quem precisa” -sinalizando um parecer pró-governo.

“Precisamos cuidar dos milhões de brasileiros que neste momento sofrem com a inflação dos gêneros alimentícios, e o governo precisa cuidar dessas pessoas. Esse será nosso principal foco”, disse.

Fábio Pupo/Folhapress

Receita Federal nega acesso a estudos da reforma do IR e diz que dados gerariam desinformação

A Receita Federal decidiu bloquear o acesso a pareceres, dados técnicos e outros documentos que serviram de base para a elaboração da reforma do IR.

Determinação do órgão impede que cidadãos, impactados pela medida, avaliem estudos, discussões e simulações que culminaram na proposta que agora tramita no Congresso.

A blindagem das informações consta de resposta do Ministério da Economia a um pedido formulado pela Folha com base na LAI (Lei de Acesso à Informação). Nela, a Receita afirma que a divulgação dos dados “poderia gerar desinformação à sociedade”.

O requerimento feito em julho pela reportagem solicitava acesso ao processo administrativo completo relativo à formulação do projeto de lei. O pedido incluía documentos, notas técnicas e pareceres. O fisco se limitou a

conceder acesso a uma nota executiva já divulgada anteriormente e que traz apenas informações resumidas e números relativos à versão final do projeto enviado ao Legislativo.

Diante da informação incompleta, a reportagem entrou com recursos, negados duas vezes pela Receita.

Na réplica, a Receita afirmou que não havia outros documentos para apresentação. Após novo recurso, o órgão insistiu na negativa e apresentou novo argumento.

“A divulgação de documentos que se referem a apenas parcelas das discussões relativas a matérias tão complexas quanto aquelas versadas no PL 2.337/2021 (reforma do IR), como ocorre com os documentos produzidos nas fases iniciais e intermediárias de tais discussões, poderia gerar desinformação à sociedade, o que contraria os objetivos da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso)”, disse o órgão.

Bernardo Caram/Folhapress

Governo melhora projeção de déficit primário para R\$ 139 bi em 2021



O aumento da arrecadação decorrente da recuperação econômica e a elevação de receitas extras fizeram a equipe econômica melhorar a projeção de déficit primário neste ano. Segundo o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, divulgado hoje (22), a estimativa de resultado negativo em 2021 passou de R\$ 155,4 bilhões em julho (1,8% do PIB) para R\$ 139,4 bilhões (1,6% do PIB).

O déficit primário representa o resultado negativo nas contas do governo desconsiderando os juros da dívida pública. As estimativas estão melhores que a meta determinada pela Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO), de R\$ 247,1 bilhões para o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), com a possibilidade de abatimento até R\$ 40 bilhões de gastos relacionados ao enfrentamento da pandemia de covid-19.

Divulgado a cada dois meses, o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas orienta a execução do Orçamento. Com base nas estimativas de arrecadação, de gastos obrigatórios, de desempenho da economia e de cumprimento do teto de gastos, o governo define o quanto contingenciará (bloqueará) ou descontinuará (liberará) do Orçamento.

O Orçamento de 2021 havia sido integralmente descontingenciado no relatório anterior, em julho. Por causa do cumprimento do teto de gastos, o governo deverá bloquear R\$ 288,4 milhões, considerado um valor residual pela equipe econômica, até o próximo relatório, em novembro.

A previsão de receitas líquidas aumentou para R\$ 1,508 trilhão, valor R\$ 31,5 bilhões superior ao do relatório anterior. Além do crescimento da economia, que se reflete no pagamento de mais impostos, o valor foi impulsionado pelo crescimento de R\$ 19,5 bilhões em receitas não administradas.

Wellton Máximo/ABR



Startups veganas ampliam produção e querem competir com frigoríficos



As startups brasileiras que buscam replicar alimentos de origem animal a partir de plantas vêm chamando a atenção de investidores e expandindo suas operações no país e no exterior.

Essas empresas prometem investir em pesquisa para criar produtos com aparência e sabor próximos aos de carnes, leite e derivados. Com isso, buscam atrair, além de veganos e vegetarianos, pessoas que buscam reduzir o consumo de proteína de origem animal procurando hábitos mais sustentáveis e saudáveis, diz Heloisa Guarita, sócia da consultoria RG Nutri e investidora neste mercado.

“Será preciso mudar toda

a forma de alimentar a população e plantar mais até 2050 para conseguir alimentar o mundo em meio às mudanças climáticas”, afirma.

O investimento mais recente do setor, cujo valor não foi divulgado, foi captado pela empresa NoMoo, que produz itens como queijo, requeijão e creme de leite a partir de castanhas de caju.

A companhia chamou a atenção do fundo americano Lever VC, especializado em substitutos para a carne animal, que apostou nas gigantes do mercado internacional Beyond Meat e Impossible Foods. A rodada foi liderada pela gestora DXA Invest e teve participação do técnico de vôlei Bernardinho.

Com os recursos, a empresa deve partir de uma fábrica de 240 metros quadrados para uma de 1.600 metros quadrados. Com isso, a produção potencial passa de 7,5 toneladas para 100 toneladas por mês, diz Marcelo Doin, sócio da startup, que, depois de deixar a advocacia, fez cursos de gastronomia em Nova York até chegar a técnica que, segundo ele, permite a quebra das moléculas da castanha para que possam ser digeridas por bactérias similares às que participam da produção do queijo animal.

A empresa já exporta para Portugal e, com os investidores, se prepara para levar produtos aos EUA, começando por Miami.

Felipe Oliveira/Folhapress

Fundada por um brasileiro, a americana a Origin já vale R\$ 2 bilhões



Aos 32 anos, o empreendedor João de Paula brinca que o trabalho já lhe rendeu alguns fios de cabelo branco. Agora, ele trabalha para que os outros se estressem menos e produzam mais.

Depois de passar pela experiência de abrir e fechar uma empresa, a Glio, um e-commerce de perfumes e cosméticos, ele fundou há três anos, junto com o americano Matthew Watson, a Origin, um planejador financeiro voltado a companhias que querem que seus funcionários percam menos tempo se preocupando com dinheiro.

Com uma base de clientes concentrada nos Estados Unidos, a Origin tem planos de expandir para outros países,

Conheça o que é low code e como ‘unicórnio’ de US\$ 9,5 bi domina o setor

Linhas e linhas de códigos, uma tela preta com informações pouco ou nada compreensíveis, períodos longos para aplicações “para ontem”. Um dos principais desafios da rotina de desenvolvedores e equipes de T.I tem tudo para ficar mais simples daqui para frente. Como? Com uma espécie de kit de códigos de dados simples o suficiente para mesmo uma pessoa com pouco conhecimento no assunto conseguir montar sites ou aplicativos: o low-code. E tem um unicórnio (como são chamadas as empresas de tecnologia com avaliação de mercado acima de 1 bilhão de dólares) interessado em explorar esse mercado no Brasil.

Uma analogia interessante para entender o fenômeno do low code é o da construção de uma casa. Do projeto à construção, tijolo por tijolo, muito tempo e energia são gastos até o projeto fi-

car pronto. O low code seria como uma casa pré-fabricada: blocos de concreto feitos na fábrica aceleram o tempo de construção ao minimizar a obra e, no final, restará apenas resolver alguns parafusos e outros pormenores, como pintura e instalações hidráulicas.

No caso do low code, boa parte dos códigos de programação já vêm “prontas” de fábrica. Aos programadores das demais empresas resta fazer um ajuste aqui, outro ali, para colocar um software personalizado no ar. É algo que facilita — e muito — a vida de equipes de T.I. cada vez menores e que precisam criar várias aplicações ao mesmo tempo.

Globalmente, estimativas feitas pela consultoria Gartner mostram que o desenvolvimento global de tecnologia low-code deve crescer 22,6% só em 2021, movimentando US\$ 13,8 bilhões.

Exame



a começar pelo Brasil. Para isso, a startup acaba de receber o seu terceiro aporte de investimentos, de R\$ 290 milhões, liderado por 01 Advisors, General Catalyst e o investidor-anjo Lachy Groom.

Com a injeção de capital, a empresa passou a ser avaliada em R\$ 2 bilhões. “Depois de termos provado as nossas teses no mercado, agora o nosso foco é ganhar escala”, afirma de Paula, cofundador e CTO da empresa.

Boa parte do recurso será usada para aumentar a equipe, disse o empreendedor. Hoje, são 70 profissionais, número que deve mais do que dobrar, com a abertura de 100 vagas, das quais 60 no Brasil, a maioria com foco em produtos, design e tecnologia.

“Continuaremos tendo 70% do nosso time dedicado a isso”, diz de Paula.

O empreendedor diz que a base de clientes está na casa das centenas. Entre elas, estão DocuSign, Udemy, Zynga, Nextdoor e Blend. Todas são sediadas nos EUA, mas, como a maioria é de tecnologia, contam com funcionários espalhados por outros países, como Canadá, Irlanda e Israel.

O número de funcionários que fazem parte da base ultrapassa a marca de 100 mil pessoas, que acessam a ferramenta pelo navegador. A meta da Origin é chegar a 1 milhão. A empresa, porém, prefere não divulgar um prazo. “Eu sou tendencioso para falar, mas acredito que será rápido”, brinca De Paula.

Neofeed

Publicidade Legal

Rede Educacional Decisão S.A.
CNPJ/ME nº 26.258.611/0001-28 – NIRE 35.300.539.559

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de setembro de 2021

I. Data, Horário e Local: Em 09/09/2021, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na rua Nossa Senhora de Montevergine, nº 63, sala 1, Vila Santana, São Paulo-SP. **II. Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **III. Mesa:** Presidente: Sr. **Gabriel Felipe de Oliveira Alves**; Secretário: Sr. **Nelson Matuzaki Honda**. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a proposta de realização da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada, da Companhia (as “**Debêntures**” e “**Emissão**”); (ii) a prestação e outorga de garantias em favor dos titulares das Debêntures, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da Emissão; (iii) a autorização à celebração, pela Companhia, do Acordo de Investimento (conforme definido abaixo); e (iv) a autorização aos membros da Diretoria da Companhia para que tomem as medidas necessárias para implementar as deliberações aprovadas na presente Assembleia Geral. **V. Deliberações:** Após discutirem as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem ressalvas, aprovaram: **V.I) A Emissão** das Debêntures, nos termos do artigo 59 da LSA, do estatuto social da Companhia e conforme o “Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Rede Educacional Decisão S.A.” (“**Escritura de Emissão**”), a ser celebrado por e entre, de um lado, a Companhia, e, de outro lado, a Blue Like an Orange Sustainable Capital Fund Sicav-SIF SCS, uma companhia de investimento com capital variável – fundo de investimento especializado (*société d’investissement à capital variable – fonds d’investissement spécialisé*), estabelecida como uma sociedade limitada comum (*société en commandite simple*) sob as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo, com sede em 5, allée Scheffler, L-2520 Luxemburgo, Grão-Ducado de Luxemburgo e registrada no Registro de Comércio e Empresas do Luxemburgo (*Registre de Commerce et des Sociétés de Luxembourg*) sob o nº B 214.724 representado por seu gestor (*general partner*) Blue Like an Orange Sustainable Capital Fund GP S.à R.L., uma sociedade privada de responsabilidade limitada (*société à responsabilité limitée*) constituída de acordo com as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo, com sede em 2, Place de Paris, L-2314 Luxemburgo, Grão-Ducado de Luxemburgo e registrada no Registro de Comércio e Empresas de Luxemburgo (*Registre de Commerce et des Sociétés de Luxembourg*) sob o nº B 214.020, doravante denominado como “**BLAO**” ou “**Debenturista**”, e, na qualidade de garantidoras, a Insignia Holding S.A. (“**Holding**”), sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Jabaquara, nº 2819, conjunto 81, CEP 04.045-004, inscrita no CNPJ sob o nº 26.195.931/0001-86 e na JUCESP sob o NIRE nº 35300499654, e outras sociedades qualificadas na Escritura de Emissão, que terá as seguintes características e condições: i. **Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão é de R\$ 60.000.000,00; ii. **Número da Emissão:** 3ª emissão de debêntures da Companhia; iii. **Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 30/09/2021 (“**Data de Emissão**”); iv. **Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; v. **Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 60.000 Debêntures; vi. **Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00, na Data de Emissão (“**Valor Nominal Unitário**”); vii. **Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário:** o Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; viii. **Espécie, Forma e Conversibilidade:** as Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, *caput*, da LSA, e contarão com garantia adicional fidejussória; serão nominativas, sem emissão de cautelares e certificados; e serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; ix. **Destinação dos Recursos da Emissão:** Os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures serão destinados exclusivamente para (i) a aquisição de sociedades e ativos relacionados ao setor de educação; (ii) investimentos no desenvolvimento de novos projetos para expansão das atividades da Companhia relacionados ao setor de educação, incluindo (a) investimentos imobiliários com compra e venda com arrendamento (*sale-and-leaseback*) de imóveis ou o desenvolvimento de projetos imobiliários *greenfield* e *built to suit* (BTS); (b) formação de joint ventures (*carve-out investments*); (c) aquisição de participação em empresas de tecnologia educacional (*EdTechs*) e outras empresas do setor de educação; (d) despesas decorrentes direta e/ou indiretamente de operações de aquisição de sociedades e unidades escolares operacionais, incluindo custos de integração operacional de unidades escolares adquiridas; (iii) refinanciamento de dívidas e capital de giro; e (iv) outras necessidades operacionais, desde que previamente aprovadas por escrito pelo Debenturista; x. **Garantias Reais:** em garantia ao fiel, pontual e integral cumprimento todas as obrigações, principais e acessórias, assumidas pela Companhia perante o Debenturista nos termos da Escritura de Emissão (incluindo eventuais aditamentos), até a liquidação integral das Debêntures e o pagamento integral dos valores devidos no âmbito da Escritura de Emissão, incluindo a Remuneração, as Taxas (conforme definido na Escritura de Emissão) e a amortização do PIK (inclusive no caso de exercício do Bônus de Subscrição (conforme definido na Escritura de Emissão)), bem como da Remuneração Mínima, das obrigações de indenização previstas na Escritura de Emissão e de multas, tributos, tarifas, outros encargos, judiciais ou não, honorários advocatícios razoáveis e demais despesas razoáveis, comprovadas e incorridas exclusivamente por conta do exercício de direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures (“**Obrigações Garantidas**”), serão constituídas em favor do Debenturista as seguintes garantias reais: (A) **Alienação Fiduciária de Ações da Holding e da Companhia.** Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Holding e da Companhia, quer existentes ou futuras, incluindo: (a) todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, tais como lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela Holding ou pela Companhia, bem como quaisquer bens em que as ações alienadas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários); (b) todas as ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas aos acionistas da Holding no capital da Holding ou à Holding no capital social da Companhia, ou seu eventual sucessor legal por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações alienadas, distribuição de bonificações, direito de subscrição de novas ações representativas do capital da Holding e da Companhia, bônus de subscrição, conversão de debêntures de emissão da Holding e de titularidade de seus acionistas ou da Companhia e de titularidade da Holding; e (c) todas as ações, valores mobiliários e demais direitos que porventura venham a substituir as ações alienadas fiduciariamente, em razão de seu cancelamento, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Holding ou a Companhia (“**Alienação Fiduciária de Ações**”), nos termos do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações”, a ser celebrado entre a Companhia, Holding, os acionistas da Holding indicados na Escritura de Emissão (“**Acionistas**”) e o Debenturista (“**Contratos de Alienação Fiduciária de Ações**”); (B) **Cessão Fiduciária de Quotas das**

Garantidoras. Cessão fiduciária de 100% das quotas representativas do capital social das Garantidoras (conforme definido abaixo) detidas pela Companhia e/ou pela Holding, incluindo (a) todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, tais como lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos, bem como quaisquer bens em que elas sejam convertidas (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários); (b) todas as quotas ou ações que porventura, a partir desta data, sejam atribuídas à Companhia no capital social das Garantidoras, ou seu eventual sucessor legal por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações ou quotas alienadas, distribuição de bonificações, direito de subscrição de novas ações ou quotas, bônus de subscrição, conversão de debêntures; e (c) todas as ações, quotas, valores mobiliários e demais direitos que porventura venham a substituir as quotas das Garantidoras, em razão de seu cancelamento, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo as Garantidoras (“**Cessão Fiduciária de Quotas**”). nos termos dos respectivos Instrumentos Particulares de Cessão Fiduciária de Quotas, a serem celebrados entre a Companhia, cada uma das Garantidoras e o Debenturista (“**Contrato de Cessão Fiduciária de Quotas das Garantidoras**” e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os “**Contratos de Garantia**”); xi. **Garantias Fidejussórias:** em garantia ao fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, as seguintes pessoas jurídicas (em conjunto, as “**Garantidoras**”): Insignia Holding S.A. (CNPJ 26195931000186); Editora Decisão Ltda. (CNPJ 18689115000109); Colégio Nossa Senhora de Fátima Ltda. (CNPJ 48057780000132); PDQ Holding Ltda. (CNPJ 34641528000161); Rede Educacional Decisão MG Ltda. (CNPJ 34860774000104); Editora Decisão MG Ltda. (CNPJ 35847361000152); e Rys Comercial Ltda. (CNPJ 11860675000180) prestarão, nos termos da Escritura de Emissão, garantia fidejussória em favor do Debenturista (“**Fiança**”), assumindo, em caráter solidário, como fiadoras e principais pagadoras, todas as Obrigações Garantidas, até a sua integral liquidação; xii. **Prazo e Data de Vencimento:** o vencimento das Debêntures ocorrerá no término do prazo de 6 anos contados da Data de Emissão, ressalvas as hipóteses de Vencimento Antecipado; xiii. **Regime de Colocação:** As Debêntures serão objeto de colocação privada, a qual será conduzida nos estritos termos da legislação e regulamentação aplicável, inexistindo oferta pública de valores mobiliários, nos termos do artigo 19, da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada (“Lei nº 6.385”), sendo vedados quaisquer atos de distribuição pública das Debêntures, definidos pela Lei nº 6.385 e pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 400, de 29/12/2003, conforme alterada; xiv. **Forma de Subscrição:** As Debêntures serão subscritas pelo Debenturista nos termos da Escritura de Emissão, conforme detalhados abaixo: (A) Mediante o recebimento da 1ª Solicitação de Subscrição (conforme definido na Escritura de Emissão) e a confirmação pelo Debenturista do atendimento das Condições Precedentes da 1ª Subscrição (conforme definido na Escritura de Emissão), o Debenturista deverá subscrever as Debêntures da 1ª Subscrição em até 15 Dias Úteis contados do recebimento da 1ª Solicitação de Subscrição, e integralizar à vista o respectivo Preço de Subscrição nos termos da Cláusula 3.14.4 da Escritura de Emissão, na mesma data (a data em que ocorrer a efetiva subscrição e integralização, doravante a “**Data da 1ª Subscrição**”), de acordo com os termos e condições estabelecidos no Boletim da 1ª Subscrição (conforme definido na Escritura de Emissão). (B) Observado o disposto na Cláusula 3.14.5 da Escritura de Emissão, mediante o recebimento da 2ª Solicitação de Subscrição (conforme definido na Escritura de Emissão) e a confirmação pelo Debenturista do atendimento das Condições Precedentes da 2ª Subscrição (conforme definido na Escritura de Emissão), o Debenturista deverá subscrever as Debêntures da 2ª Subscrição, em até 15 Dias Úteis contados do recebimento da 2ª Solicitação de Subscrição, e integralizar à vista o respectivo Preço de Subscrição nos termos da Cláusula 3.14.4 da Escritura de Emissão, na mesma data (“**Data da 2ª Subscrição**”), de acordo com os termos e condições estabelecidos no Boletim da 2ª Subscrição (conforme definido na Escritura de Emissão). (C) Observado o disposto na Cláusula 3.14.5 da Escritura de Emissão, mediante o recebimento da 3ª Solicitação de Subscrição (conforme definido na Escritura de Emissão) e a confirmação pelo Debenturista do atendimento das Condições Precedentes da 3ª Subscrição (conforme definido na Escritura de Emissão), o Debenturista deverá subscrever as Debêntures da 3ª Subscrição, em até 15 Dias Úteis contados do recebimento da 3ª Solicitação de Subscrição, e integralizar à vista o respectivo Preço de Subscrição nos termos da Cláusula 3.14.4 da Escritura de Emissão, na mesma data (“**Data da 3ª Subscrição**”), e, em conjunto com a Data da 1ª Subscrição e com a Data da 2ª Subscrição, “**Datas de Subscrição**”), de acordo com os termos e condições estabelecidos no Boletim da 3ª Subscrição (conforme definido na Escritura de Emissão). xv. **Integralização:** A integralização das Debêntures será realizada pelo Debenturista por meio de transferência de fundos disponíveis denominados em dólares americanos para conta da Companhia, em montante a ser informado pela Companhia, equivalente ao respectivo Preço de Subscrição, dividido por Taxa de Conversão a ser negociada pela Companhia 2 Dias Úteis antes da respectiva Data de Subscrição (descontados de valores devidos pela Companhia ao Debenturista, nos termos da Escritura de Emissão). O procedimento de fechamento de câmbios referentes à conversão de recursos transferidos dólares americanos pelo Debenturista será de exclusiva responsabilidade da Companhia, sendo que, qualquer (i) diferença entre o Preço de Subscrição e o recurso disponibilizado na conta corrente da Companhia em função de variações da Taxa de Conversão, (ii) eventual atraso na disponibilização dos recursos para livre acesso pela Companhia e/ou (iii) impossibilidade de converter os valores em dólares americanos na Taxa de Conversão informada será de responsabilidade da Companhia, os quais não poderão ser imputáveis ao Debenturista e não modificarão o Preço de Subscrição e os valores devidos pelo Debenturista em moeda corrente nacional. a. “**Taxa de Conversão**” significa a taxa de câmbio negociada e contratada pela Companhia com instituição financeira de primeira linha, a qual deverá ser informada ao Debenturista no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data do respectivo pagamento a que a Taxa de Conversão for aplicável. Para fins de contratação do câmbio com a instituição financeira aqui referida, a Companhia deverá obter, pelo menos, 2 propostas de instituições financeiras de primeira linha e selecionar a melhor taxa de câmbio, sendo certo que os termos das propostas deverão ser informados ao Debenturista. xvi. **Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa pré-fixada de 8,0% ao ano, calculada com base em 252 Dias Úteis, sob o regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos no Período de Capitalização, desde o primeiro Dia Útil do respectivo Período de Capitalização (inclusive até a data do efetivo pagamento) (exclusive), acrescido, conforme o caso, da parcela do PIK, a qual também será capitalizada de forma agregada aos juros incidentes acima mencionados (“**Remuneração**”). (f) Pagamento da Remuneração. A Remuneração será paga trimestralmente (a) em cada uma das Datas de Pagamento da Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão); e (b) na data da liquidação do Vencimento Antecipado, conforme previsto na Escritura de Emissão (em conjunto com outras datas de pagamento de obrigações pecuniárias no âmbito da Escritura de Emissão, uma “**Data de Pagamento**” ou, no plural, “**Datas de Pagamento**”). Farão jus à Remuneração aquele que for

debenturista ao final do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Pagamento; (B) PIK. A critério da Companhia, até o limite de (a) 50,0% da Remuneração devida nos 2 primeiros anos contados a partir da Data da Emissão; e (b) 25,0% da Remuneração devida no 3º e no 4º anos contados a partir da Data da Emissão, poderão ser convertidos em valor principal (*payment in kind* ou “**PIK**”), sendo o montante da Remuneração correspondente ao PIK incorporado ao Valor Nominal Unitário a partir da respectiva Data de Pagamento da Remuneração. a. A parcela da Remuneração correspondente ao PIK será incorporada ao Valor Nominal Unitário para fins de cálculo das fórmulas previstas na Escritura de Emissão, a partir da Data de Pagamento de Remuneração em que seriam devidas. b. O montante total da Remuneração correspondente ao PIK acumulado que for acrescido ao Valor Nominal Unitário até o fim do 4º ano contado a partir da Data de Emissão deverá ser obrigatoriamente amortizado pela Companhia ao Debenturista em 8 parcelas trimestrais, iguais e consecutivas, cada uma equivalente a 12,5% do PIK acumulado, a partir do 51º mês contado a partir da Data de Emissão, em moeda corrente nacional, em cada Data de Pagamento de Remuneração. (C) **Remuneração Mínima.** Não obstante a Remuneração, exceto em caso de exercício pelo Debenturista do Bônus de Subscrição, o Debenturista fará jus a uma remuneração que corresponda a uma taxa interna de retorno (“**TIR**”) de, no mínimo, 15,0% ao ano em reais (“**Remuneração Mínima**”); xvii. **Local de Pagamento.** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia na conta corrente a ser indicada pelo Debenturista; xviii. **Prorrogação dos Prazos.** Considerar-se-ão automaticamente prorrogados todos os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Escritura de Emissão, até o Dia Útil subsequente, sem acréscimo de juros de mora ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento da respectiva obrigação não for Dia Útil; xix. **Dia Útil.** Para fins do disposto na Escritura de Emissão, considera-se (“**Dia Útil**”) qualquer dia, exceto sábados, domingos ou outro dia em que os bancos comerciais estejam autorizados por lei a permanecer fechados na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; xx. **Encargos Moratórios.** Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, quando aplicáveis, ocorrendo impuntualidade no pagamento de qualquer quantia devida ao Debenturista, os valores em atraso, vencidos e não pagos, ficarão, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sujeitos à incidência de (i) multa moratória de 2,0%; e (ii) juros moratórios à taxa de 1,0% ao mês, sobre o montante em atraso, calculados *pro rata temporis* (“**Encargos Moratórios**”); xxi. **Repactuação.** As Debêntures não serão objeto de repactuação programada; xxii. **Comprovação de Titularidade das Debêntures.** A Companhia não emitirá cautelares ou certificados das Debêntures, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pela inscrição do nome do Debenturista no Livro de Registro de Debêntures Nominativas; xxiii. **Tributos.** Todos os pagamentos deverão ser feitos ao Debenturista acrescidos dos valores correspondentes aos Tributos (conforme definidos na Escritura de Emissão), de forma que o Debenturista receba o Valor Nominal Unitário, Remuneração, Taxas e Remuneração Mínima, caso aplicável, e todas as despesas e demais recursos cabíveis ao Debenturista como se tais Tributos não fossem incidentes, exceto se o Debenturista voluntariamente transferir sua sede para país ou dependência considerada, na data da transferência, de tributação favorecida ou de regime fiscal privilegiado, conforme previsto na Instrução Normativa RFB nº 1.037, de 04/06/2010, hipótese em que, independentemente de majoração da alíquota do Imposto Sobre a Renda Retido na Fonte (“**IRRF**”), será considerada, para os fins do acréscimo previsto nesta Cláusula, a alíquota de IRRF aplicável à sede anterior do Debenturista vigente à época da transferência; xxiv. **Resgate Antecipado.** Na hipótese de verificação de um Evento de Liquidez após o 2º aniversário do Dia de Emissão, no qual o Debenturista opte por não exercer o Bônus de Subscrição, observado o prazo limite para o seu exercício anteriormente à implementação do Evento de Liquidez nos termos do Bônus de Subscrição (“**Prazo Limite**”), a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, proceder com o resgate antecipado da totalidade das Debêntures, dentro do prazo de até 20 Dias Úteis contados do encerramento do Prazo Limite (“**Prazo de Resgate**”), mediante pagamento de preço de resgate das Debêntures equivalente a: (i) 350% da soma do valor total integralizado das Debêntures da 1ª Subscrição, das Debêntures da 2ª Subscrição e das Debêntures da 3ª Subscrição, menos (ii) o valor de todos os pagamentos recebidos pelo Debenturista até então a título de pagamento do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e das Taxas, excluídos eventuais Encargos Moratórios. (A) A não implementação do resgate previsto no item xxiv acima, mediante comunicação de sua intenção de realizar o resgate e realização do pagamento dos valores devidos dentro do Prazo de Resgate, implicará a renúncia do direito de realização do resgate em relação ao Evento de Liquidez em questão; (B) Exceto pela hipótese prevista no item xxiv acima, não será permitido o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures. xxv. **Amortização Extraordinária.** Não será permitida a amortização extraordinária das Debêntures, exceto pela amortização extraordinária compulsória descrita no item xvi(B) acima; xxvi. **Vencimento Antecipado.** O Debenturista poderá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis todas as obrigações objeto da Escritura de Emissão na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado (conforme definido na Escritura de Emissão), observados os termos e condições lá definidos; xxvii. **Definições.** Exceto se de outra forma aqui disposto, os termos aqui utilizados com inicial maiúscula e não definidos de outra forma terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão. Em caso de conflito entre os termos, condições e definições contidas nessa Ata e aqueles previstos na Escritura de Emissão, prevalecerão as definições estabelecidas na Escritura de Emissão; e xxviii. **Demais Condições:** Todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão e/ou às Debêntures serão tratadas na Escritura de Emissão. **V.II) A prestação e outorga,** pela Companhia, da Cessão Fiduciária de Quotas de cada uma das Garantidora, conforme prevista e especificada no item x(B) da seção “**V.II**” acima, em favor dos titulares das Debêntures, para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento e cumprimento das Obrigações Garantidas, nos termos dos respectivos Contratos de Garantia. **V.III) A autorização** para a celebração, pela Companhia, do Acordo de Investimento a ser celebrado por e entre, de um lado, a BLAO, na qualidade de investidora, e, do outro lado, a Holding, a Companhia, certas sociedades subsidiárias da Holding e os acionistas da Holding, para regular os termos e condições do aporte de recursos pela BLAO na Companhia, por meio da subscrição das Debêntures e da aquisição de bônus de subscrição de emissão da Holding (“**Investimento**”) e “**Acordo de Investimento**”, respectivamente); e **V.IV) A autorização** para que a Diretoria da Companhia tome todas e quaisquer medidas necessárias para a implementação das deliberações ora aprovadas, incluindo, sem a tanto se limitar, levar esta ata a registro e publicá-la nos órgãos e veículos de divulgação competentes e praticar, pela Companhia, os atos e assinar os documentos necessários à efetivação do Investimento, conforme previsto na Escritura de Emissão, no Acordo de Investimento e nos Contratos de Garantia. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo/SP, 09/09/2021. **Mesa:** **Gabriel Felipe de Oliveira Alves** – Presidente; **Nelson Matuzaki Honda** – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 452.824.21-7 de 20/09/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Saúde do Brasil Holding S.A.
CNPJ/ME nº 22.932.773/0001-49 – NIRE 35.300.480.210

Editais de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

Reunião Digital, Acesso pelo link: <https://us06web.zoom.us/j/85787898006>, ID da Reunião nº: 857 8789 8006. Ficam convocados os acionistas da **Saúde do Brasil Holding S.A.** (“**Companhia**”) para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária (“**Assembleia Geral**”), a ser realizada no dia **30/09/2021, às 10 horas**, em 1ª convocação, **por meio de videoconferência**, nos termos da Instrução Normativa DREI Nº 81, de 10/06/2020, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”), para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia:** (1) A homologação e confirmação do aumento do capital social, aprovado no âmbito da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27/08/2021 (“**AGE 27/08/2021**”), no montante de R\$ 11.963.235,19, mediante emissão de 32.811.945 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (2) O “Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da GD Participações Ltda. pela Saúde do Brasil Holding S.A.”, celebrado pelos administradores da Companhia e da **GD Participações Ltda.**, sociedade empresária, CNPJ/ME sob nº 42.477.162/0001-65, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cláudio Soares, nº 72, conjunto 719, Pinheiros (“**Incorporada**”), o qual consubstancia os termos e condições da incorporação da Incorporada pela Companhia (“**Protocolo e Justificação**”); (3) A ratificação da nomeação e contratação de empresa especializada para elaboração do Laudo de Avaliação; (4) O Laudo de Avaliação em referência; (5) A proposta de incorporação da Incorporada pela Companhia nos termos e condições do Protocolo e Justificação; (6) A proposta de aumento do capital social da Companhia, decorrente da incorporação da Incorporada pela Companhia no valor de R\$ 896.329,78, mediante emissão de 17.117.686 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; (7) A alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o quanto deliberado nos itens (1) a (6) acima; e (8) A autorização aos administradores da Companhia a tomarem todas as medidas e praticarem todos os atos necessários para a efetivação das deliberações ora aprovadas. Nos termos do Artigo 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Sra. Patrícia Passos (Jurídico) – patricia.passos@oply.com.br com no mínimo 2 dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do Artigo 126, § 1º da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no Artigo 654, §5º 1º e 2º da Lei nº 10.406/2002 (“**Código Civil**”), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no Artigo 126, § 1º da Lei das S.A. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto a distância (“**Boletim**”), o qual conterá, na forma da IN DREI 81, (i) todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, (ii) orientações sobre o seu envio à Companhia, (iii) indicação dos documentos que devem acompanhar o boletim para verificação da identidade do sócio, bem como de eventual representante e (iv) orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 dias de antecedência à data de realização da Assembleia, nos termos da IN DREI 81. A Companhia deve, em até 2 dias úteis do recebimento do Boletim: (a) comunicar o recebimento do boletim de voto a distância, confirmando que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (b) informar sobre a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo, 22/09/2021. **Fernando Henrique de Aldemundo Pereira** – Presidente do Conselho de Administração. (22, 23 e 24/09/2021)

Thomson Reuters Brasil Conteúdo e Tecnologia Ltda.
CNPJ/MF nº 00.910.509/0001-71 – NIRE 35.226.848.310

Ata de Reunião de Sócios realizada em 21 de setembro de 2021

Data, hora e local: às 9 horas do dia 21/09/2021, na sede da Sociedade, em São Paulo-SP, na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.855, 3º andar, conjunto 132, Vila Olímpia. **Convocação e Presença:** Fica dispensada a convocação visto que compareceram todos os sócios, representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Marcelo Chaves de Mello**; e Secretário: **Rafael Mechí Nunes**. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a redução do capital social da sociedade. **Deliberações:** Decidem as sócias, por unanimidade, aprovar a redução do capital social da Sociedade, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, em até R\$750.000.000,00. Uma vez decorrido o prazo de que trata o artigo 1.084, § 1º do Código Civil e a redução de capital se torne eficaz, os sócios deliberarão a respeito da devolução do capital social, se em bens ou em dinheiro, nos termos da legislação aplicável. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar a presente ata foi lavrada, lida e assinada pelos presentes. São Paulo, 21/09/2021 **Mesa: Marcelo Chaves de Mello: Presidente; Rafael Mechí Nunes: Secretário. Sócios: BEDRIFSEHEER TRA B.V. p.p. Marcelo Chaves de Mello; Thomson Reuters Holdings B.V. p.p. Marcelo Chaves de Mello.**

CoopEnergia Sociedade Cooperativa – CNPJ/ME nº 35.991.798/0001-65

Editais de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

O Diretor Presidente da **CoopEnergia Sociedade Cooperativa**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.991.798/0001-65, com sede na Rua Periquito, 264, Vila Uberlândia, São Paulo-SP, CEP 04514-050 (“**CoopEnergia**”), convoca os Cooperados da CoopEnergia para se reunir em Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 04/10/2021, às 14:00 horas na sede social da CoopEnergia para deliberar sobre os seguintes assuntos: (i) alteração da denominação social da Cooperativa; (ii) transferência da matriz para o seguinte endereço: Avenida E nº 1.470, Quadra B29-A, Lote 1, Sala 1102, Edifício JK New, Anexo Concept Business, Goiânia, estado de Goiás, CEP 74.810-030; (iii) a reforma do Estatuto Social da Cooperativa; e (iv) a destituição do atuais Diretores e Conselheiros Fiscais e a eleição de novos Diretores e Conselheiros Fiscais. São Paulo, 23/09/2021. **Daniel Ferreira Maia de Freitas** – Diretor Presidente.

Catraca Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ/MF nº 16.950.557/0001-23 – NIRE 35.226.955.361

Ata de Reunião de Sócios Quotistas – Redução de Capital

Aos 12/08/2021, às 13h00, presente a MDL Realty, atualmente única sócia da Sociedade, que deliberou e aprovou, dentre outros assuntos, a redução no montante arredondado de R\$ 7.096.399,00, com o cancelamento de 7.096.399 quotas, no valor de R\$ 1,00 cada, todas de titularidade da sócia MDL Realty, mediante restituição à MDL Realty do valor em referência, passando o capital social da Sociedade de R\$ 17.147.116,00 para R\$10.050.717,00. Milena Roale Braga – Presidente; Luiz Eduardo Michaeli de Abreu da Costa – Secretário. MDL Realty Incorporadora S.A. por Milena Roale Braga e Luiz Eduardo Michaeli de Abreu da Costa.

CCDI Vendas Imobiliárias Ltda.
CNPJ/ME nº 12.714.661/0001-68 – NIRE 35.224.814.825

Redução de Capital

Em cumprimento ao disposto no artigo 1.084, § 1º do Código Civil, **CCDI Vendas Imobiliárias Ltda.**, com sede em São Paulo-SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.336, 9º andar, Pinheiros, torna público que **reduzirá seu capital social em R\$ 689.000,00**, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, com restituição dos valores à sócia, aguardando o período de 90 dias, a partir desta data, para pronunciamento de eventuais credores quirográficos contrários ao ato. **Administração.**

Sapphirus A008.19 Participações S.A.
CNPJ/ME nº 35.714.180/0001-58
NIRE 35.300.545.745

Ata da AGO/E realizada em 24/05/2021, às 10 horas – Retificação

Na publicação da Ata em epígrafe, inserida neste jornal na edição de 30 de junho de 2021, por equívoco, constou de forma incorreta o nome do Presidente da Mesa, desta forma, **onde se lê: “Mesa: (i) Presidente: Renato Garcia Figueiroa ...”.** **O correto é: “Mesa: (i) Presidente: Renato Figueiroa Garcia ...”.** *Permanecem inalterados os demais termos da citada publicação.*

Coroa (Suécia) - 0,6103

Dólar (EUA) - 5,2783

Franco (Suíça) - 5,723

Iene (Japão) - 0,04816

Libra (Inglaterra) -

7,2154

Peso (Argentina) -

0,05358

Peso (Chile) - 0,006713

Peso (México) - 0,2638

Peso (Uruguai) - 0,1235

Yuan (China) - 0,8173

Rublo (Rússia) - 0,0727

Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,1967

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Negócios

O BomConsórcio organizou a revenda de cotas — um mercado bilionário



O BomConsórcio — um marketplace de Salvador que digitalizou o mercado secundário de cotas de consórcio — acaba de levantar R\$ 30 milhões com a Crescera Capital, numa rodada que vai permitir acelerar seu crescimento e lançar um FIDC próprio.

O investimento foi feito por um veículo cujo capital pertence a 15 sócios da gestora de venture capital — e marca a primeira vez que a Crescera faz um investimento deste tipo.

Um fundo da Crescera já havia investido no BomConsórcio em 2017, colocando R\$ 6 milhões na fintech que havia acabado de ser fundada.

De lá para cá, o BomConsórcio se consolidou como líder de mercado com parcerias com as principais administradoras do Brasil — do Bradesco à Caixa, do Banco do Brasil ao Itaú.

A empresa fez um GMV de R\$ 400 milhões ano passado e teve receita de R\$ 7,5 milhões. Este ano, a expectativa é dobrar tanto o GMV quanto a receita.

O BomConsórcio está resolvendo um problema histórico dos consórcios. Um cliente que compra um consórcio de 60 meses, por exemplo, paga por 10 meses e depois perde o emprego e para de pagar precisa esperar até o vencimento do consórcio para reaver seu dinheiro.

O marketplace da fintech permite que esse cliente venda essa cota de imediato (e de forma segura) com um deságio em relação ao valor final.

O BomConsórcio não criou o mercado secundário do zero. Essas vendas de cotas canceladas e ativas já existiam há anos, mas eram feitas de forma desestruturada (e com muita fraude e ofertas abusivas).

A grande sacada do BomConsórcio foi digitalizar todo o processo de transferência das cotas, dando segurança às duas partes envolvidas na transação — colocando, por exemplo, a figura de um custodiante na jogada.

Brazil Journal

Fábrica da Heineken é embargada por risco a sítio arqueológico de Luzia

A construção de uma fábrica da cervejaria Heineken em Minas Gerais foi embargada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) por risco de danos ao sítio arqueológico onde foi localizado o crânio de Luzia, o mais antigo fóssil humano encontrado nas Américas.

A fábrica estava sendo construída no município de Pedro Leopoldo, na Grande Belo Horizonte. O anúncio do empreendimento foi feito pelo governo de Minas Gerais em dezembro do ano passado, com previsão de investimento de R\$ 1,8 bilhão por parte da empresa e geração de 350 empregos diretos. A capacidade é para 7,6 milhões de hectolitros por ano.

Segundo o ICMBio, uma audiência com a empresa foi marcada para 9 de outubro. O instituto disse ainda que caso o empreendimento faça adequações no projeto, ele po-

derá ser retomado. As obras estavam em fase de terraplanagem.

Em nota, a Heineken afirma que deu entrada no pedido de licenciamento ambiental na Secretaria de Estado de Meio Ambiente em abril de 2021.

“No dia 10 de setembro de 2021, a empresa recebeu equipe do ICMBio no terreno de sua futura cervejaria em Pedro Leopoldo (MG). Nessa ocasião, a equipe expôs seu ponto de vista acerca da licença concedida em 24 de agosto de 2021 pela autoridade ambiental do estado de Minas Gerais e a necessidade da paralisação do trabalho de terraplanagem”.

Segundo a empresa, a obra foi paralisada imediatamente.

O fóssil de Luzia está dentro de área de proteção ambiental que envolve, além de Pedro Leopoldo, municípios como Lagoa Santa, Confins e Matozinhos. É uma área de 35,6 mil hectares com cavernas e formações rochosas.

Leonardo Augusto/Folhapress



Novo presidente da GM anuncia retorno da produção em dois turnos



Santiago Chamorro saiu do Brasil em meio a uma crise econômica e retornou em outra, mas tenta manter o foco no futuro. Em sua volta à presidência da General Motors na América do Sul, o executivo colombiano anunciou nesta quarta (22) a retomada da produção em dois turnos e diz acreditar em crescimento no próximo ano, apesar dos problemas com o fornecimento de peças.

A fábrica de São Caetano do Sul (Grande São Paulo), onde é feito o utilitário esportivo Chevrolet Tracker, terá a produção dobrada a partir de segunda-feira (27). Na unidade de Gravataí (RS), que monta o compacto Onix, o segundo turno será retomado no dia 4 de outubro.

A planta de São José dos Campos (interior de São Paulo), que faz a picape média S10, já vinha operando em dois períodos. As vendas desse modelo têm sido impulsionadas pelo agronegócio.

Funcionários que estavam em layoff (suspensão temporária de contrato de trabalho) retornarão gradativamente às atividades.

“Acreditamos no crescimento na América do Sul no ano que vem, nossos prognósticos são de 4,4 milhões de unidades vendidas na região e, fundamentalmente, esse crescimento virá do Brasil”, diz Chamorro, que ainda está em Detroit (EUA). Ele chegará ao país no início de outubro.

Após cinco anos nos

EUA, o executivo ainda está se inteirando sobre o cenário político e econômico atual. Ele não fez comentários sobre a atuação do governo Jair Bolsonaro (sem partido) em questões ligadas à indústria.

Chamorro ingressou na GM em 1993 e assumiu a presidência da montadora no Brasil em agosto de 2013. Três anos depois, foi transferido para os EUA e se tornou vice-presidente global de produtos conectados.

Seu retorno ao país ocorre após a saída de Carlos Zarlenga, que surpreendeu o mercado em agosto. Em nota, a fabricante afirmou que o ex-presidente decidiu deixar a GM para buscar outras oportunidades.

Eduardo Sodré/Folhapress